

Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

### LEI nº 994/1985

SUMULA: Dispõe sobre Ação do Governo Municipal e Estrutura Básica da Prefeitura Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

### **LEI**

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** A Ação do Governo Municipal terá como objetivo o desenvolvimento do Município e do aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante planejamento de suas atividades.

**§ 1º** O Planejamento das atividades da Administração Municipal obedecerá as diretrizes estabelecidas neste Título, traçada através da elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos:-

- I Plano de desenvolvimento integrado:
- II Orçamento;
- III Programa Anual de Despesas.

**§ 2º** A elaboração e execução do planejamento das atividades municipais guardará inteira consonância com os planos e programas do Governo do Estado e dos Órgãos da Administração Federal.



Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

**Art. 2º** A Ação do Município em áreas assistidas pela atuação do Estado ou da União será supletiva, e sempre que for o caso, buscará mobilizar os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis.

**Art. 3º** A Prefeitura buscará elevar a produtividade operacional qualitativa de seus órgãos, através de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso no seu quadro de pessoal, do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, do estabelecimento de níveis de remuneração compatíveis com a qualificação dos recursos humanos e as disponibilidades financeiras e do estabelecimento e observância dos critérios de promoção.

**Art. 4º** A Prefeitura Municipal recorrerá sempre que admissível e aconselhável, à execução indireta de obras e serviços mediante contrato, concessão, permissão ou convênio com pessoas ou entidades públicas ou particulares de forma a evitar novos encargos permanentes e ampliação desnecessária de seu quadro de servidores.

**Art. 5º** Na elaboração e execução de seus programas, a Prefeitura estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse coletivo.

#### TITULO II ESTRUTURA BÁSICA

**Art. 6º** A Estrutura Básica da Prefeitura Municipal compõe-se dos seguintes órgãos:-

- I Órgão de Assistência Imediata
  - 1) Gabinete do Prefeito
- II Órgãos de Assessoramento:
  - 1) Assessoria Jurídica.
- III Órgão de Administração Geral:
  - 1) Departamento de Administração;
  - 2) Departamento de Finanças.
- IV Órgão de Administração Especifica:
  - 1) Departamento de Obras e Serviços

Urbanos;

2) Departamento de Educação, Cultura e

Esportes;



Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

Social.

- 3) Departamento de Saúde e Bem Estar
- 4) Departamento de Fomento Agropecuário.

**§ Único** Os Órgãos mencionados nos itens, I, II, III e IV, subordinam-se ao Prefeito por linha de autoridade integral.

#### TITULO III COMPETENCIA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA.

CAPITULO I DO ÓRGÃO DE ASSISTENCIA IMEDIATA

Seção Única Gabinete

Art. 7º Ao Gabinete do Prefeito compete a coordenação da Prefeitura com os munícipes; entidades e associações de classe; o atendimento e encaminhamento dos interessados aos órgãos competentes da Prefeitura, para solução ou reivindicações; o assessoramento ao Prefeito em suas relações públicas, funções sociais, de cerimonial e mantê-lo informado sobre o noticiário de interesse em solenidade e atos oficiais; a execução dos serviços de divulgação, sistematização, redação final, registro e publicação de atos do Prefeito; o controle do uso de veículo que atendem o gabinete; a preparação e datilografia da correspondência do Prefeito; o desempenho das demais tarefas que forem determinados pelo Chefe do Executivo.

#### CAPÍTULO II DO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO

#### SEÇÃO ÚNICA Da Assessoria Jurídica

Art. 8º À Assessoria jurídica compete assessorar o Prefeito e demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação; opinar sobre Projetos de Lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal; redigir projetos de leis, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos e outros documentos de natureza jurídica; promover a cobrança pelas vias jurídicas ou extrajudiciais da ativa;



Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

defender em juízo ou fora dele; os direitos e interesses do Município; assessorar o Prefeito nos atos relativos a desapropriação, alienação e aquisição de bens imóveis pela Prefeitura e nos contratos em geral; participar de inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente; manter atualizada a coletânea de Leis e decretos municipais, bem como e legislação estadual e federal de interesses do Município.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

**GERAL** 

Seção Primeira Do Departamento de Administração

O Departamento de Administração é o Art. 9° órgão que tem por finalidade exercer as atividades de recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades relativas à administração de pessoal; de padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo material utilizado pela Prefeitura; de inventário, registro, controle, proteção e conservação dos bens imóveis da Prefeitura; de recebimento, registro, distribuição, controle e arquivamento de documentos e papéis que tramitem na Prefeitura; de serviço de Limpeza e conservação de móveis, equipamentos e dependências internas da Prefeitura; de serviços gerais; de outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe Executivo Municipal.

#### Seção Segunda Do Departamento de Finanças

Art. 10. O Departamento de finanças é o órgão responsável pela política financeira do Município; das atividades referentes a lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e rendas municipais, do recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do Município; do processamento da despesa; da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial; da elaboração do orçamento municipal, em articulação com os demais órgãos da Prefeitura; do controle orçamentário e suas execução; do assessoramento geral em assuntos econômico-finaceiros.

### CAPÍTULO IV





Praça Dr. Domingos Cunha, 35 – Cidade Alta – Cx. Postal 11 CEP 84200-000 – Fone (43) 535-1233 – Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

### DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

**ESPECIFICA** 

Seção Primeira Do Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

**Art. 11.** O Departamento de Obras e Serviços Urbanos é o órgão incluído de executar as atividades concernentes à elaboração de projetos de obras; construção e conservação de obras públicas municipais; ao licenciamento e à fiscalização de obras particulares; à pavimentação e/ou revestimento de ruas e logradouros públicos; ao funcionamento dos serviços industriais mantidos pelo Município; ao parcelamento da terra e uso do solo; à execução dos serviços de limpeza pública; à manutenção dos logradouros públicos, inclusive no que respeite à sua arborização; à administração de cemitério; à administração de cemitérios; à manutenção dos serviços públicos municipais de abastecimento; à fiscalização dos serviços públicos concedidos e/ou permitidos; à elaboração de construção e conservação de estradas municipais integrantes do sistema viário do Município; à elaboração e execução do Plano Rodoviário Municipal; à participação em estudos e projetos ligados à estradas municipais e suas obras de arte; a manutenção, conservação e guarda de todos os equipamentos rodoviários da municipalidade; à execução dos serviços de iluminação pública, atividades de trânsito, de administração de matadouro mercados e feiras-livres, bem outras atividades correlatas.

> Seção Segunda Do Departamento de Educação, Cultura e

#### **Esportes**

Art. 12. O Departamento de Educação, Cultura e Esportes é o órgão encarregado da execução, supervisão e controle das atividades relativas à educação, cultura, recreação, esportes e turismo no município, à instalação e manutenção de estabelecimento municípios de ensino; à coordenação das atividades dos órgão educacionais do município, segundo normas dos Sistemas Estadual e Federal de Educação; a melhoria da qualidade do ensino; a assistência e amparo ao estudante carente, à manutenção dos programas de alimentação escolar; o estudo, pesquisa e avaliação permanente das características e qualificações do magistério e da população estudantil do Município; à manutenção da Biblioteca Pública Municipal, à difusão cultural em todas as suas manifestações, e estimular, amparar e orientar as atividades culturais, esportivas e turísticas no âmbito municipal; a administração dos estabelecimentos municipais de cultura e esportes; apoiar a modernização e



Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

ampliação de esportes; apoiar a modernização e ampliação de instalações destinadas às práticas culturais, esportivas e recreativas; e outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

#### Seção Terceira Do Departamento de Saúde e Promoção Social

Art. 13. O Departamento de Saúde e Promoção Social é o órgão responsável de promover os serviços de assistência médicosocial à população estudantil e/ou carente do Município; de executar medidas relativas à política de promoção social, com vistas à integração comunitária de fiscalizar a aplicação das subvenções consignadas no orçamento para entidades de assistência social; de promover inspeções de saúde nos servidores municipais; de realizar os serviços de fiscalização sanitária, de acordo com a legislação vigente; elaborar programas especiais ao desempregado, indigente, menor carente, idoso, nutriz, mãe desamparada, visando a atualização de recursos destinados à saúde pública e assistência social; a execução de outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

#### Seção Quarta Do Departamento de Fomento Agropecuário

Art. 14. O Departamento de Fomento é o órgão encarregado de incrementar por todos os meios ao alcance da municipalidade, as atividades agrícolas e pastoris; a assistência e aprimoramento da agropecuária municipal; a execução de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica, visando à previsão da produção agropecuária; a promoção e articulação das medidas de abastecimento e criação de facilidades para obtenção de recursos para a agricultura do município; a articulação das medidas de melhorias de melhoria de vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos e de combate a erosão; o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo e cooperativismo pelo incremento de feiras e exposições de produtos e derivados agropecuários pela ampliação e/ou fiscalização de dispositivos de defesa vegetal, animal e meio ambiente; pela promoção e divulgação das potencialidades do município a nível regional, estadual e federal, tendo em vista a atração de investimentos no campo agro-industrial; e outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



servidores;

Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

**Art. 15.** Ficam criados todos os órgãos componentes da Organização Básica da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, mencionados nesta Lei, os quais serão instalados de acordo com as necessidades e conveniências da administração.

**Art. 16.** Fica o Prefeito Municipal, autorizado a estabelecer mediante decreto, o desenvolvimento operacional da estrutura básica constantes no artigo 6º da presente Lei, o observando os princípios estabelecidos e a existência de recursos para atender as despesas necessárias.

**Art. 17.** O Prefeito Municipal baixará mediante decreto, o Regulamento Interno da Prefeitura, detalhando:

I - Atribuição Gerais das diferentes Unidades - Administrativas da Prefeitura;

II - Atribuições específicas e comuns dos

III - Normas de trabalho que pela sua própria natureza não devam constituir objeto de disposições em separado;

IV - Outras disposições julgadas necessárias;

**Art. 18.** No Regulamento Interno da Prefeitura, de que trata o artigo anterior, o Chefe do Executivo Municipal poderá delegar competências às diversas chefias de departamento para proferir despachos decisórios, podendo a qualquer tempo, avocar a si, a seu critério, a competência delegada.

**§ Único** É indelegável a competência decisória do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízos de outras, indicadas por atos normativos:

- I Autorização de despesas ao limite de ....... o maior valor de referencia vigente no pais;
- II Nomeações, admissão, contratação de servidor e qualquer que seja sua categoria, a sua exoneração, demissão, suspensão revisão e rescisão contratual;
  - III Concessão e cassação de aposentadoria;
  - IV Decretação e prisão administrativa;
  - V Aprovação de concorrência, qualquer que sua

finalidade;



Estado do Paraná Praça Dr. Domingos Cunha, 35 - Cidade Alta - Cx. Postal 11 CEP 84200-000 - Fone (43) 535-1233 - Fax: (43) 535-2130 Gabinete do Prefeito

VI - Permissão ou concessão de serviço público ou de utilidade pública a titulo precário;

VII - Aquisição de bens imóveis por compra ou

permuta;

VIII - Alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

IX - Aprovação de loteamento e subdivisão de

terrenos;

X - Demais atos previstos como indelegáveis pela Lei Orgânica dos Municípios.

**Art. 19.** As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas e em regime de mútua colaboração;

**§ Único** A subordinação hierárquica define-se no enunciado das competências de cada órgão administrativo e no Organograma geral da Prefeitura que acompanha a presente Lei.

**Art. 20.** A Prefeitura Municipal dará atenção ao treinamento de seus servidores, fazendo-os, na medida das disponibilidades financeiras da Municipalidade e da convivência dos serviços, freqüentar cursos e estágios especiais de treinamento e aperfeiçoamento.

**Art. 21.** Na medida em que forem instalados os órgãos que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura, prevista nesta Lei, extintos automaticamente os atuais órgãos, ficando o Prefeito Municipal autorizado a promover as necessárias transferências de pessoal, dotação orçamentária e instalações.

**Art. 22.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 990, de 5/02/85 e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, em 18 de setembro de 1985.

#### PEDRO IMAR MENDES PRESTES

Prefeito Municipal